

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - R\$ Mil**

	<u>Nota</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.311	37.219
Contas a receber de clientes e outros	4	4.463	3.902
Impostos e Contribuições a recuperar	5	748	141
Estoques		214	214
Despesas pagas antecipadamente		77	47
Serviços em curso		1.307	-
Recebíveis de concessão de serviço público	6	26.839	26.098
Outros ativos circulantes		3	-
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>67.962</u>	<u>67.621</u>
NÃO CIRCULANTE			
Recebíveis de concessão de serviço público	6	16.067	14.933
Coligadas e controladas	15	2.323	2.322
Investimentos		101	101
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>18.491</u>	<u>17.356</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>86.453</u>	<u>84.977</u>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	318	2.485
Empréstimos e financiamentos	7	128	-
Salários e encargos a pagar		-	126
Taxas regulamentares	9	847	650
Impostos e Contribuições a recolher	5	744	830
Dividendos e Juros sobre capital próprio	10	18	4.519
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>2.055</u>	<u>8.610</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	7	4.123	-
Taxas regulamentares	9	87	22
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>4.210</u>	<u>22</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	11	63.085	63.085
Reservas de Lucro		2.036	2.036
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		-	11.224
Lucro/Prejuízo acumulado		15.067	-
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		<u>80.188</u>	<u>76.345</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		<u>86.453</u>	<u>84.977</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - R\$ Mil</b>	<u>Nota</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
<b>RECEITA BRUTA</b>	12	<b>26.364</b>	<b>26.692</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	13	(4.927)	(3.605)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>21.437</b>	<b>23.087</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	14	(6.782)	(7.067)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>14.655</b>	<b>16.020</b>
Despesas gerais e administrativas	14	(419)	(433)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>14.236</b>	<b>15.587</b>
Receita financeira		2.975	920
Despesa financeira		(331)	(307)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTOS</b>		<b>16.880</b>	<b>16.200</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1.813)	(1.155)
Corrente		(1.813)	(1.155)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>15.067</b>	<b>15.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ Mil**

	<u>Reservas de Lucros</u>				
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	63.085	1.085	(2.333)	7.900	69.737
Aumento de Capital					-
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	-	(7.900)	(7.900)
Lucro líquido do exercício	-	-	15.045	-	15.045
Saldos em 30 de setembro de 2010	<u>63.085</u>	<u>1.085</u>	<u>12.712</u>	<u>-</u>	<u>76.882</u>

  

	<u>Reservas de Lucros</u>				
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	63.085	2.036	-	11.224	76.345
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	-	(11.224)	(11.224)
Lucro líquido do exercício	-	-	15.067	-	15.067
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>63.085</u>	<u>2.036</u>	<u>15.067</u>	<u>-</u>	<u>80.188</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - R\$ Mil**

	30/9/2011	30/9/2010
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
<b>Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)</b>	16.880	16.200
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	133	-
	<u>17.013</u>	<u>16.200</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(561)	1.699
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(607)	(19)
Recebimentos líquidos de ativos de concessão de Serviço Público	(1.875)	1.818
Despesas pagas antecipadamente	(30)	(60)
Coligadas e Controladas	(1)	-
Outros Ativos	(1.310)	(3.041)
	<u>(4.384)</u>	<u>397</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	(2.167)	(170)
Salários e encargos a pagar	(126)	-
Taxas regulamentares	262	466
Impostos e contribuições sociais a recolher	(1.899)	(328)
Coligadas e Controladas	-	(401)
	<u>(3.930)</u>	<u>(433)</u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>8.699</u>	<u>16.164</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de Empréstimos e financiamentos	4.211	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(93)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.725)	(8.868)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(11.607)</u>	<u>(8.868)</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Adição de Ativo Financeiro de Concessão de Serviço público	-	(3.049)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>-</u>	<u>(3.049)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<u>(2.908)</u>	<u>4.247</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	37.219	28.014
Caixa e equivalentes no final do exercício	34.311	32.261
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<u>(2.908)</u>	<u>4.247</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - R\$ Mil**

	30/9/2011	30/9/2010
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	26.364	26.692
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(11.125)	(8.571)
	<u>(11.125)</u>	<u>(8.571)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	15.239	18.121
 Depreciação e amortização	-	-
<b>Valor adicionado líquido</b>	15.239	18.121
 <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	2.975	920
	<u>2.975</u>	<u>920</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>18.214</u>	<u>19.041</u>
 <b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remunerações	2	688
Encargos sociais (exceto INSS)	11	56
Entidade de previdência privada	-	15
Auxílio alimentação	-	14
Convênio assistencial e outros benefícios	-	18
Provisão para férias e 13º salário	-	137
Plano de saúde	-	63
Participação nos resultados	-	213
Outros	-	31
<b>Subtotal</b>	13	1.235
 <b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	41	254
PIS/COFINS sobre faturamento	894	970
Imposto de renda e contribuição social	1.813	1.155
Outros	55	20
<b>Subtotal</b>	2.803	2.399
 <b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	331	307
Aluguéis	-	55
<b>Subtotal</b>	331	362
 <b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		
Lucro / Prejuízos	15.067	15.045
<b>Subtotal</b>	15.067	15.045
 <b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>18.214</u>	<u>19.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente-T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A, foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 15 de janeiro de 2009 a Afluente Geração de Energia S.A. (“Afluente-G”), anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.) celebrou Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Reestruturação Societária”), anteriormente exercidas integralmente pela companhia cindida. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T teve como referência 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão da Afluente-G, sendo necessária a elaboração de novo laudo de avaliação contemplando a atualização dos valores a serem vertidos para a Afluente-T, em decorrência das variações patrimoniais entre a data de referência da cisão parcial (30 de novembro de 2008) e a data do evento societário que aprovou a cisão.

Em 29 de dezembro de 2009 as Assembléias Gerais Extraordinárias da Afluente-G e da Afluente-T aprovaram o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, o aumento do capital social da Afluente-T em R\$ 63.085, em virtude do acervo líquido vertido deduzido das parcelas de reserva legal no montante de R\$ 1.085, e o novo objeto social da Companhia em virtude da cisão parcial.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Afluente-G determinou que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Consequentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela Administração da companhia cindida. O acervo líquido incorporado pela Afluente-T em 29 de dezembro de 2009 foi de R\$ 64.170 (R\$ 69.737 com os impactos de ajuste de implementação inicial de IFRS).

Adicionalmente, os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente T em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no primeiro balanço patrimonial levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2009.

## 2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais encontram-se descritas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 24 de outubro de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/11	31/12/10
Caixa e Depósitos bancários à vista	60	56
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	32	31
Fundos de investimento	34.219	37.132
	<u>34.311</u>	<u>37.219</u>

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Títulos a Receber - Partes relacionadas	2.324	1.495
Títulos a Receber	<u>2.139</u>	<u>2.407</u>
Total	<u>4.463</u>	<u>3.902</u>

	<u>Saldos</u>	<u>Vencidos</u>		<u>Total</u>	
	<u>Vincendos</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais 90 dias</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Setor Público	785	-	-	785	702
Setor Privado	<u>2.783</u>	<u>123</u>	<u>772</u>	<u>3.678</u>	<u>3.200</u>
Total	<u>3.568</u>	<u>123</u>	<u>772</u>	<u>4.463</u>	<u>3.902</u>

#### 5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

- Impostos e Contribuições a Recuperar

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	94	22
Contribuição Social - CSLL	(a)	22	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	380	-
Programa de Integração Social - PIS	(c)	19	7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	94	33
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		139	66
Total		<u>748</u>	<u>141</u>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº. 27/2008.



- Impostos e Contribuições a Recolher

	30/09/11	31/12/10
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda - IR	304	305
Contribuição Social - CSLL	207	188
Programa de Integração Social - PIS	18	22
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	81	102
Imposto sobre Serviços - ISS	114	173
Outros	20	40
<b>Total</b>	<b>744</b>	<b>830</b>

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2011 e 2010.

	30/09/11		30/09/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	16.880	16.880	16.200	16.200
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	4.220	1.519	4.050	1.458
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Subtotal Adições	-	-	-	-
(-) Exclusões				
Efeito Regime Lucro Presumido	(2.955)	(971)	(3.273)	(1.080)
Subtotal Exclusões	(2.955)	(971)	(3.273)	(1.080)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.265	548	777	378

## 6. RECEBÍVEIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (INDENIZAÇÃO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref	30/09/11	31/12/10
Recebíveis de Concessão de Serviço Público	(1)	42.904	41.029
Recebíveis de Concessão de Serviço Público (Indenização)	(2)	2	2
Total		<u>42.906</u>	<u>41.031</u>
Circulante		26.839	26.098
Não Circulante		16.067	14.933

(1) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A formação dos saldos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	41.031
Recebimentos	(20.678)
Apropriação de juros	18.866
Receita de Construção	3.687
Saldos em 30 de setembro de 2011	42.906

## 7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa	Encargos		Principal		Total	
	Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	30/09/11	31/12/10
<b>Moeda nacional</b>							
Banco do Brasil	4,50% a.a.	40	-	88	4.123	4.251	-
<b>Total</b>		40	-	88	4.123	4.251	-

O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi adquirido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69KV em Afluentes T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de Agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a. Os juros durante a carência são exigidos trimestralmente do período de 31 de Agosto de 2010 a 16 de julho de 2012 sendo de um total de 7 parcelas.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/11
2012	132
2013	526
2014	526
2015	526
Após 2015	2.413
<b>Total</b>	<b>4.123</b>

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	-	-
Ingressos	-	4.211	4.211
Encargos	133	-	133
Transferências	88	(88)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(93)	-	(93)
Saldos em 30 de setembro de 2011	128	4.123	4.251

O financiamento com o BNDES apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão e manutenção de conta reserva.

## 8. FORNECEDORES

Forneecedores	30/09/11	31/12/10
Encargos de Uso da Rede	1	-
Materiais e Serviços	40	2.485
Partes relacionadas	277	-
Total	318	2.485

## 9. TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão – RGR	85	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	23	17
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	4
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	785	636
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	41	15
Total	934	672
Circulante	847	650
Não Circulante	87	22

## 10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias “Classe A”. O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

A formação dos saldos em 30 de setembro de 2011 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.519
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Propostos	11.224
Pagos no período	(15.725)
Saldos em 30 de setembro de 2011	18

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 63.085, dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (Em Mil)	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S.A .	55.416	87,8
Iberdrola Energia	5.361	8,5
Previ	1.446	2,3
Outros	862	1,4
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>100,0</b>

Acionistas	R\$ (Em Mil)	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S.A .	55.416	87,8
Iberdrola Energia	5.361	8,5
Previ	1.446	2,3
Outros	862	1,4
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>100,0</b>

### Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

## 12. RECEITA BRUTA

	30/9/2011	30/9/2010
Disponibilização do Sistema de Transmissão	3.126	5.769
Receita de operação e manutenção	3.126	5.769
Receita de Construção	3.687	3.049
Receita Financeira de Concessão	18.866	17.187
Outras Receitas	685	687
<b>Total</b>	<b>26.364</b>	<b>26.692</b>

## 13. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Deduções da Receita Bruta	30/09/11	30/09/10
<b>Impostos:</b>		
PIS	(160)	(173)
COFINS	(734)	(797)
<b>Encargos Setoriais:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(686)	(837)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(247)	(189)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(1.840)	(912)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(732)	(697)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(528)	-
<b>Total</b>	<b>(4.927)</b>	<b>(3.605)</b>

## 14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / Despesas	30/09/11			30/09/10
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas		Total
		Administrativas	Total	
Pessoal	2	(2)	-	(1.475)
Entidade de previdência privada	-	-	-	(15)
Material	(48)	-	(48)	(31)
Serviços de terceiros	(2.737)	(341)	(3.078)	(2.336)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(190)	-	(190)	(126)
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	(55)
Tributos	(9)	(46)	(55)	(20)
Custo de construção	(3.687)	-	(3.687)	(3.049)
Outros	(113)	(30)	(143)	(393)
Total custos / despesas	(6.782)	(419)	(7.201)	(7.500)

## 15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	30/09/11			31/12/10		30/09/10
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	16	-	-	3.968	-
			-	16	-	-	3.968	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	2	-	-	384	-
			-	2	-	-	384	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	104	-
			-	-	-	-	104	-
Coelba	(a)	Uso da Rede	1.166	-	6.909	918	-	6.273
		Outras	-	-	17	-	-	18
			1.166	-	6.926	918	-	6.291
Celpe	(a)	Uso da Rede	25	-	163	27	-	218
			25	-	163	27	-	218
Cosern	(a)	Uso da Rede	7	-	64	10	-	92
			7	-	64	10	-	92
Termopernambuco	(a)	Uso da Rede	5	-	43	8	-	61
			5	-	43	8	-	61
Itapebi	(a)	Prestação de serviço	1.113	-	-	-	-	-
		Uso da Rede	5	-	38	532	-	53
		Outras	-	-	670	-	-	670
			1.118	-	708	532	-	723
NC Energia		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(823)
			-	-	-	-	-	(823)
Neoenergia Serviços		Prestação de serviço	-	277	(3.081)	-	-	-
			-	277	(3.081)	-	-	-
Baguari I		Uso da Rede	-	-	3	-	-	4
			-	-	3	-	-	4
Afluente Geração	(b)	Outras	2.323	-	-	2.322	-	-
			2.323	-	-	2.322	-	-
Energética Águas da Pedra		Uso da Rede	3	-	12	-	-	-
			3	-	12	-	-	-

- (a) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.
- (b) Valores pagos pela empresa e rateados com a coligada Afluente Geração a serem reembolsados. Os valores referem-se a despesas diversas.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não mantém contratos derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa – são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Contas a receber de clientes e Concessão de serviços públicos – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Categoria		Ativos (Passivos)			
		30/09/11		31/12/10	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido para negociação	34.311	34.311	37.219	37.219
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	4.463	4.463	3.902	3.902
Concessão de serviços públicos	Empréstimos e recebíveis	42.906	42.906	41.031	41.031
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(318)	(318)	(2.485)	(2.485)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(4.251)	(4.251)	-	-

Fatores de Risco:

- Risco de taxa de juros

- ✓ Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxas de juros, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<hr/>			
3º Trimestre 2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(0,2500)	(8.563)	(8.563)
<hr/>			
3º Trimestre 2010			
Ativos Financeiros			
CDI	(1,4000)	(45.097)	(45.097)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.